

Subjetivação e Educação: uma análise do Projeto de Vida como estratégia de governamentalidade

Adriege Matias Rodriguesⁱ

Ana Cláudia da Silva Rodriguesⁱⁱ

Resumo

O objetivo deste trabalho foi analisar os discursos que emergem do componente curricular Projeto de Vida, com base na teoria da governamentalidade e da subjetivação de Michel Foucault. Destaca-se que o tema ganhou centralidade na política do Novo Ensino Médio, iniciada pela Medida Provisória nº 746/2016, posteriormente convertida na Lei nº 13.415/2017, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Metodologicamente, opera-se com a abordagem qualitativa e, para a análise dos achados, dialoga-se com a Análise do Discurso fundamentada em Foucault (1986). O estudo explora a articulação entre os discursos educacionais e as estratégias de poder que permeiam a formação dos sujeitos, evidenciando de que forma essas práticas influenciam a construção da subjetividade dos estudantes, moldando-os como agentes que devem gerenciar suas próprias trajetórias de forma autônoma e eficiente.

Palavras-chave: projeto de vida; novo ensino médio; governamentalidade; subjetivação.

*Subjectivation and Education:
an analysis of the Life Project as a strategy of governmentality*

Abstract

The aim of this work was to analyze the discourses that emerge from the Life Project curricular component, drawing on Michel Foucault's theory of governmentality and subjectivation. It is emphasized that the topic has gained prominence in the New High School policy, initiated by Provisional Measure no. 746/2016 and later converted into Law no. 13,415/2017, which amended the National Education Guidelines and Framework Law. Methodologically, the study adopts a qualitative approach and conducts its analysis through Discourse Analysis grounded in Foucault (1986). The study explores the articulation between educational discourses and the power strategies that permeate subject formation, highlighting how such practices influence the construction of students' subjectivity, shaping them as agents expected to manage their own trajectories autonomously and efficiently.

Keywords: life project; new high school; governmentality; subjectivation.

ⁱ Doutora em Educação. Diretora Pedagógica-Curricular da Secretaria Municipal de Educação de Bayeux/PB. E-mail: adriegerodrigues@gmail.com – ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-1617-5580>.

ⁱⁱ Doutora em Educação. Professora do Magistério Superior da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: ana.rodrigues@academico.ufpb.br - ORCID iD: <http://orcid.org/0000-0001-6621-1861>.

*Subjetivación y Educación:
un análisis del Proyecto de Vida como estrategia de gubernamentalidad*

Resumen

El objetivo de este estudio es analizar los discursos que emergen del componente curricular Proyecto de Vida, a partir de la teoría de la gubernamentalidad y de la subjetivación de Michel Foucault. El tema ha adquirido protagonismo en la política de la Nueva Escuela Secundaria, iniciada por la Medida Provisional nº 746/2016 y posteriormente convertida en la Ley nº 13.415/2017, que modificó la Ley de Directrices y Bases de la Educación Nacional. Metodológicamente, se adopta un enfoque cualitativo y se realiza el análisis a partir del Análisis del Discurso fundamentado en Foucault (1986). El estudio explora la articulación entre los discursos educativos y las estrategias de poder que atraviesan la formación de los sujetos, destacando cómo estas prácticas influyen en la construcción de la subjetividad del estudiantado, moldeándolo como agentes llamados a gestionar sus propias trayectorias de manera autónoma y eficiente.

Palabras clave: proyecto de vida; nueva escuela secundaria; gubernamentalidad; subjetivación.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho propõe uma discussão sobre o componente curricular Projeto de Vida, integrado ao currículo das escolas de Ensino Médio no Brasil a partir de 2018. Com base em entrevistas realizadas com docentes da rede estadual da Paraíba, buscamos compreender as articulações e tensões entre os discursos enunciados pelos professores e as influências dos discursos neoliberais, que têm ganhado destaque nos últimos anos. Esses discursos, frequentemente, entrelaçam-se com projetos e movimentos de caráter neoconservador, configurando novos cenários políticos e educacionais. Para embasar a análise, dialogamos com teóricos como Macedo e Silva (2022), Lopes (2019), Dardot e Laval (2016), Ball (2014) e Foucault (1986), entre outros, que oferecem perspectivas críticas e contribuições fundamentais para o entendimento desse fenômeno.

O componente curricular Projeto de Vida, nas políticas nacionais, não apresenta uma proposta clara, fundamentada em bases teóricas e epistemológicas sólidas. As discussões em torno desse componente têm se sustentado principalmente em prescrições elaboradas por grupos que influenciam as políticas educacionais e que são, muitas vezes, desvinculados de uma reflexão acadêmica mais aprofundada.

Diferentemente de componentes curriculares oriundos das ciências sociais, como Sociologia, Filosofia ou História, o Projeto de Vida não se baseia em um campo disciplinar consolidado ou em uma área específica do conhecimento. Essa ausência de

fundamentação, como destaca Bodart (2022, p. 1), "abre caminho para que seja apresentada aos/as estudantes de duas formas: a) uma espécie de autoajuda; e b) um retalho de abordagens derivadas de quaisquer tipos de conhecimento, inclusive do senso comum". Essa lacuna reforça a necessidade de problematizar o lugar e os objetivos do Projeto de Vida no currículo, bem como os discursos que o legitimam.

Compreende-se que essa política, que vem sendo atuada no nosso país no âmbito do Novo Ensino Médio (Brasil, 2017), advém de um processo de caráter internacional. É uma política global que está sendo posta em rede com forte viés neoliberal e conservador. Jakimiu (2022) aponta que o Projeto de Vida guarda a premissa da "Pedagogia do Mercado", afirmando que "[...] nos preceitos neoliberais e toma como base formativa as noções de individualização, responsabilização, competitividade, mérito, portanto, naturalizando as desigualdades e as condições de pobreza e de exploração" (Jakimiu, 2022, p. 20).

O Projeto de Vida, dentro dessa política educacional para o Ensino Médio, vem reforçar cada vez mais as ideias de individualização, responsabilização e mérito. Nesse sentido, conforme Ball (2014), o neoliberalismo se configura como um conjunto complexo de práticas que se organizam em torno do mercado, abrangendo "[...] tanto as relações materiais quanto as sociais envolvidas, que são, ao mesmo tempo, o foco neomarxista sobre a 'economização' da vida social e da 'criação' de novas oportunidades de lucro" (Ball, 2014, p. 25). Assim, sob a lógica neoliberal, o Projeto de Vida apresenta -se como um instrumento para formar jovens que estejam cada vez mais adaptáveis e flexíveis para o mercado de trabalho.

O componente curricular Projeto de Vida aparece no art. 3º, parágrafo 7º da Lei 13.415/17 com a seguinte redação: "Os currículos do ensino médio deverão considerar a formação integral do aluno, de maneira a adotar um trabalho voltado para a construção de seu projeto de vida e para sua formação nos aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais" (Brasil, 2017). Contudo, a menção legal ao componente não é aprofundada em outros dispositivos, aparecendo apenas nesse trecho sob a ideia de que os/as jovens do ensino médio, a partir das orientações da política, deverão construir seus projetos de vida durante o percurso dessa etapa da educação básica. No que tange à Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018), a temática é abordada de diferentes formas, ora nas competências gerais, ora na justificativa, em componentes curriculares específicos e

em competências por áreas do conhecimento. Já sobre o componente curricular, não há menções aprofundadas (Rodrigues; Costa; Rodrigues, 2024).

Desse modo, não existe uma definição ou direcionamento dos aspectos teóricos-metodológicos nos documentos mencionados sobre o componente curricular Projeto de Vida (PV), o que fragiliza a discussão, pois a inclusão do componente na matriz curricular das escolas implica questões que perpassam a conceptualização de juventudes, de aspectos sociais, políticos, econômicos, culturais, dentre outros que compõem a diversidade do nosso país. A ausência de aprofundamento teórico e de desdobramentos conceituais específicos abre margem para variadas formações discursivas (Foucault, 1986), a partir de distintas perspectivas e de diferentes influências sócio-históricas.

O que nos inquieta é que é nesse cenário contraditório em que Projeto de Vida ganha destaque, ao ser enfatizado na Lei 13.415/2017, que reforça a ideia de “[...] considerar a ‘formação integral do aluno’, de maneira a adotar um trabalho voltado para a construção de seu projeto de vida” (Brasil, 2017, Art. 3º). Assim, Projeto de Vida é considerado o principal norteador da construção curricular e pedagógica do ensino médio, sendo uma “[...] estratégia de reflexão sobre trajetória escolar na construção das dimensões pessoal, cidadã e profissional do estudante” (Brasil, 2018).

Desse modo, o objetivo deste trabalho foi analisar os discursos que emergem do componente curricular Projeto de Vida, com base na teoria da governamentalidade e subjetivação de Michel Foucault. Para o desenvolvimento deste trabalho, partimos do referencial presente na Análise do Discurso de Foucault (1986). Na Análise do Discurso, buscamos não apenas compreender os discursos que emergem do componente curricular Projeto de Vida nas políticas curriculares, como também confrontar esses discursos com as narrativas de alguns/algumas docentes sobre o componente. Para isso, contamos com a colaboração de cinco docentes que lecionam o Projeto de Vida em escolas estaduais de João Pessoa, na Paraíba.

Como resultado, verificamos que essa lógica de produtividade, fortemente influenciada pelo neoliberalismo, valoriza a eficiência, a inovação e a capacidade de adaptação dos indivíduos. Na educação, isso se traduz em um foco maior nas competências que são diretamente aplicáveis ao mercado de trabalho, como habilidades técnicas, resolução de problemas e adaptabilidade. Como exemplo disso, temos a política

do Novo Ensino Médio e a BNCC, que enfatizam a flexibilidade curricular, o desenvolvimento de competências e refletem essa lógica ao preparar os/as jovens para serem produtivos, adaptáveis e bem-sucedidos no ambiente de trabalho contemporâneo.

2 SUBJETIVAÇÃO, GOVERNAMENTALIDADE E FORMAÇÕES DISCURSIVAS

Para Foucault (1997), o que constitui os sujeitos são os modos de subjetivação, isto é, os meios pelos quais somos inseridos em relações de forças implicadas no processo de produção de subjetividade. Desse modo, diversos dispositivos que trazem saberes e técnicas aos quais nos conectamos e somos conectados podem ser considerados modos que nos subjetivam, e, assim, nos constituem na medida em que atuam como tipos normativos de modos de ser.

Essa problemática perpassa as formas de ser, de pensar e de estar em sociedade e remetem à produção de modos de subjetivação que atravessam e atualizam os saberes e as relações de poder. Para Foucault, embora o sujeito ocupe o papel de enunciação, são as práticas discursivas existentes no contexto em que está situado que irão definir as condições de possibilidade para que o enunciado possa surgir e ser validado.

Para tanto, é necessário, nas discussões foucaultianas, pensar nos modos de subjetivação, atrelando-os à discussão de governamentalidade. Os modos de subjetivação são os meios pelos quais nos tornamos sujeitos. Esses meios são constituídos pelas estratégias de controle dos corpos, intitulados por Foucault (1985) como corpos dóceis, que nada mais são do que corpos úteis, disciplinados e, acima de tudo, produtivos.

A noção de governamentalidade está atrelada ao conjunto formado pelas instituições, procedimentos, análises, reflexões, cálculos e táticas que permitem, de forma específica, relações de poder que têm como alvo a população, o sujeito. Isso ocorre por meios legais, através de aparatos governamentais. Além disso, a noção de governamentalidade perpassa múltiplos espaços, em todas as formas e noções de governo, “a práticas múltiplas, na medida em que muita gente pode governar: o pai de família, o superior do convento, o pedagogo e o professor em relação à criança e ao discípulo. Existem, portanto, muitos governos [...]” (Foucault, 1979, p. 280).

Sendo assim, o termo governamentalidade de Foucault tem um papel decisivo na análise do poder em diversos sentidos, pois oferece uma visão para além de uma perspectiva centrada seja no consenso, seja na violência e faz a ligação de tecnologias de dominação e de si, analisando qual a relação do sujeito com a constituição do Estado e, não menos importante, conseguindo diferenciar poder de dominação.

Ressaltamos, ainda, que, para Foucault (2000), o falar é uma forma prioritária de materialização, que vai se configurar através das práticas discursivas. Ademais, para o autor:

[...] falar é fazer alguma coisa, algo diferente de exprimir o que se pensa, de traduzir o que se sabe e, também, de colocar em ação as estruturas de uma língua; mostrar que somar um enunciado a uma série preexistente de enunciados é fazer um gesto complicado e custoso que implica condições [...] e comporta regras [...] (Foucault, 2000, p. 237).

As práticas discursivas, então, são permeadas por saberes que perpassam os diversos níveis e estruturas institucionais, que, por sua vez, também são permeadas por relações de poder. Contudo, essas práticas discursivas podem criar possibilidades de readequação ao/do contexto, através da atualização do discurso.

Por isso, em suas discussões, Foucault (1996) amplia e aprofunda sua análise no que diz respeito às condições que possibilitam a permanência e o surgimento de determinadas práticas discursivas, fazendo uso da genealogia. Ademais, o uso da genealogia para esta pesquisa nos possibilita a compreensão de enunciados, ou seja, de formações discursivas como construção histórica, valorizando as características e necessidades existentes. “A genealogia, como análise da proveniência está [...] no ponto de articulação do corpo com a história. Ela deve mostrar o corpo inteiramente marcado de história e a história arruinando o corpo” (Foucault, 1993, p. 22).

No campo social, o discurso se configura como uma prática que relaciona a língua com outras práticas, ou seja, as práticas discursivas, que se caracterizam de algum modo como elo entre discurso e prática. Isso significa, então, afirmar que esse conceito reúne:

elementos tanto da fabricação e ajuste dos discursos – compostos por uma unidade de enunciados – quanto da aplicação e produção destes, nas instituições e nas relações sociais, definindo assim um saber, além de determinar funções e formas de comportamento numa época (Azevedo, 2013, p. 151).

Esse é um modo de pensamento que se opõe à intuição “[...] certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse mais que os torna irredutíveis à língua e ao ato da fala. É esse ‘mais’ que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever” (Foucault, 1986, p. 56). Portanto, compreendemos que o conceito de discurso, dentro da teoria foucaultiana, é um conjunto de enunciados que ocorrem muitas vezes como performance verbal em função enunciativa, sendo apresentado como práticas discursivas.

3 ASPECTOS NEOLIBERAIS NA EDUCAÇÃO

O neoliberalismo promove uma ética empreendedora no sujeito, ao fazê-lo assumir a responsabilidade pela própria vida, sem depender de mais ninguém ou de mais nada. A educação, nessa governamentalidade neoliberal, passa a ser valorizada e investida pelo indivíduo, por empresas e pelo Estado, com vistas a melhorar esse capital humano.

É importante observarmos o quanto essa ideia do capital humano está posta na díade Projeto de Vida e empreendedorismo, apresentada pelo Novo Ensino Médio. É nesse contexto da implementação do Novo Ensino Médio que temos analisado os processos e transformações dos valores e culturas do setor público à concomitante formação de novas subjetividades (Ball, 2014, p. 24). Isso se configura a partir de uma ideia de sujeito que precisa ser resiliente e persistente, o que passa a ser valorizado pela sociedade, muito embora não seja uma discussão recente, mas que ganhou um destaque dentro da nova propositura do Ensino Médio do país, como expressão da racionalidade neoliberal em seus moldes atuais.

Um ponto importante que Brown (2016) destaca é que essa nova orientação normativa se dá em nome e nas margens de manobra associadas à liberdade individual na ordem capitalista e no âmbito de uma democracia liberal. O conteúdo genérico dessa normatização tem por base a “generalização da concorrência como norma de conduta e da empresa como modelo de subjetivação” (Dardot e Laval, 2016, p. 17).

Ao refletir sobre esses aspectos do neoliberalismo na educação, compreendemos o neoliberalismo, a partir de Laval e Dardot (2016), como uma nova governamentalidade que direciona as instituições e a conduta dos indivíduos mediante “um sistema normativo,

que ampliou sua influência ao mundo inteiro, estendendo a lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida” (Dardot e Laval, 2016, p. 7).

Projeto de Vida é introduzido na BNCC (2018) como uma competência a ser alcançada na educação básica, ao mesmo tempo em que deve estimular o protagonismo dos estudantes em relação à sua aprendizagem e à construção de seu projeto de vida ao final do ciclo do ensino médio. Desse modo, a política reforça a necessidade das escolas assegurarem aos estudantes uma formação que os possibilite a fazer “escolhas de estilos de vida saudáveis, sustentáveis e éticos” (Brasil, 2018).

Além disso, seguindo essas mesmas orientações, a Lei 13.415/2017 reforça que as escolas devem incluir em suas propostas pedagógicas o projeto de vida e a carreira dos/as jovens “[...] como uma estratégia pedagógica cujo objetivo é promover o autoconhecimento do estudante e sua dimensão cidadã, de modo a orientar o planejamento da carreira profissional almejada, a partir de seus interesses, talentos, desejos e potencialidades” (Brasil, 2018).

Ball (2014, p. 49) evidencia o quanto existe de investimento e disputas em torno das construções políticas que contam com “[...] o papel do setor privado, os atores de políticas do setor privado, as think tanks neoliberais e fundações filantrópicas internacionais e negócios”.

Nesse sentido, temos um ator que se apresenta como principal, no que corresponde ao processo de implementação do componente curricular Projeto de Vida nas escolas estaduais da Paraíba, o Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE). Com o surgimento no ano 2000, o ICE, juntamente com seus parceiros, desenvolve atividades que, de acordo com a sua proposta, têm como foco os/as jovens e a construção do seu Projeto de Vida no ensino público no país. Para Carvalho e Rodrigues (2019, p. 4262), “o ICE é, em verdade uma organização social que, com a roupagem de uma função social (presente no discurso da administração moderna), atua ampliando seus territórios e de seus parceiros”, desse modo, essa responsabilidade social vem acompanhada de estratégias para o estabelecimento de interesses privados.

Desde o ano de 2015, o ensino médio no Estado da Paraíba é dividido na oferta de Escolas Regulares e Escolas Cidadãs Integrais (ECI), modelo centrado no desenvolvimento do Projeto de Vida dos/das estudantes, de modo que todas as ações devem movimentar

os três eixos formativos: Formação Acadêmica de Excelência, Formação de Competências para o Século XXI e Formação para a Vida (Paraíba, 2020).

Atualmente, tem-se as Diretrizes Operacionais de 2023 e a versão mais recente e atualizada de 2024, documento que tem por finalidade “orientar o alinhamento da organização do trabalho pedagógico e administrativo, considerando as demandas atuais locais e aquelas que têm permeado a educação brasileira” (Paraíba, 2023, p. 6). Essas diretrizes são destinadas a todas as escolas do estado.

No que se refere ao Projeto de Vida, a Paraíba dispõe do guia nas ECIs, um material específico que aborda a necessidade de separar o que cada série do ensino médio irá estudar no componente curricular e orientar temáticas e formas de abordagens metodológicas. Na 1ª série, por exemplo, as aulas estão agrupadas de acordo com quatro grandes temáticas: identidade, valores, responsabilidade social e competências para o século XXI (Paraíba, 2023). Na 2ª série, as temáticas são: sonhar com o futuro, planejar o futuro, definir as ações e rever o projeto de vida (Paraíba, 2023). Cabe destacar, ainda, que, no modelo da Paraíba, a 3ª série é voltada para o pós-médio, que, conforme as diretrizes operacionais, tem por finalidade “orientar e aprofundar a sua preparação, a partir da área escolhida por ele, tanto na perspectiva do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) como em outros itinerários” (Paraíba, 2023, p. 19).

A política das ECIs da Paraíba, tem sido marcada por discursos que efetivam a racionalidade neoliberal de privatização, uma vez que há uma intensa participação de Organizações Sociais (OS) nas escolas. Atualmente, essas organizações já são responsáveis por políticas específicas da educação, como é o caso do Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE), responsável por gerir a política de implantação da educação integral no estado da Paraíba (2015-2022) e em outros estados da federação.

Mais do que a efetiva participação desses agentes no espaço educacional, observamos a capilarização do discurso do ICE no âmbito das instituições de ensino, de modo específico nas ECIs, a partir das entrevistas realizadas com os professores e professoras e com a gestão das escolas. Além disso, identificamos que, apesar do encerramento do vínculo do Estado da Paraíba com a referida instituição, as entidades, professores, professoras e gestores continuam a utilizar o guia e as orientações da OS, conforme se verifica na fala do Professor Luan “Aqui na escola, nós seguimos o guia que foi

disponibilizado pela secretária, o guia do ICE, isso desde o início da implementação do modelo, e mesmo agora depois de romper com esse vínculo”.

De acordo com o guia citado pelo professor, a função do componente curricular Projeto de Vida é forjar um sujeito que seja resiliente, empreendedor e que seja responsável por suas escolhas, como é apontado na figura:

O jovem e o seu Projeto de Vida

Esse foco é nítido porque se assume uma sentença:

Apenas um jovem que desenvolve uma visão do seu próprio futuro e é capaz de transformá-la em realidade reunirá as condições para atuar nas três dimensões da vida humana – pessoal, social e produtiva – dotado da capacidade de iniciativa (ação), liberdade (opção) e compromisso (responsabilidade) para fazer escolhas, atuando de maneira autônoma, solidária e competente sobre os contextos e desafios, limites e possibilidades advindos deste século.

Na perspectiva dessa formação e na modelagem dessa concepção, tem-se claro que a Escola da Escolha:

- fundamenta-se em quatro princípios e se estrutura em duas bases claras: um modelo pedagógico eficaz e um modelo de gestão comprometido com resultados;
- dispõe de um conjunto de metodologias que operam esses princípios;
- aciona estratégias para viabilizar o desenvolvimento das metodologias;
- demanda instrumentos cuja aplicação avalie a sua efetividade.

Figura 1 - Concepção de jovem e o seu Projeto de Vida de acordo com o ICE
Fonte: ICE (2018, p. 25).

Isso implica expansão neoliberal e demonstra consonância com as análises de Dardot e Laval (2016) de que há uma introdução dos dispositivos de mercado e de estímulos mercantis, ou quase mercantis, em todos os domínios para conseguir que os indivíduos se tornem ativos, empreendedores, protagonistas de suas escolhas para, assim, construírem novas exigências que os coloquem em situações em que são obrigados a escolher entre ofertas alternativas e incitados a maximizar seus próprios interesses.

Por outro lado, tem-se as Escolas Regulares, que operam com o livro didático disponibilizado pelo estado, além de materiais de pesquisa do próprio docente. Na escola em que realizamos a pesquisa, por exemplo, os professores e professoras estavam utilizando o guia de PV do estado de São Paulo.

As novas Diretrizes Operacionais do estado (Paraíba, 2024) trazem uma discussão mais ampliada acerca do PV, porém, reduzida à forma como deve ser organizada de acordo

com cada ano escolar, reforçando a necessidade de que os estudantes precisam “refletir sobre seu propósito, sentido, sonhos, paixões, talentos, habilidades e necessidades. A partir dessa reflexão, os/as jovens devem ser capazes de tomar decisões conscientes, levando em consideração sua trajetória ao longo da vida escolar, e revisar o Plano de Ação do seu Projeto de Vida construído na 2ª série” (Paraíba, 2024), como apontando nas orientações para o 3º ano, na disciplina de Pós-médio.

O que podemos observar é que os documentos do estado, no que se refere ao PV, apresentam perspectiva de enfoque na base técnica e profissional dos/as estudantes, uma busca por direcionar o campo de atuação profissional que cada um deseja, sem considerar os mecanismos, meios e a própria conjuntura social, política e econômica a que esses estudantes são pertencentes, reforçando o atual contexto neoliberal conservador brasileiro, que toma esses estudantes do ensino médio como um “empresário de si mesmo” (Foucault, 2010), capaz de exercer ações para potencializar seu capital humano a partir do protagonismo e da responsabilização na escolha de seu percurso formativo.

De acordo com Scotta (2023, p.344), “são pressupostos da governamentalidade neoliberal que funcionam como estratégias governamentais que agem na condução das condutas dos estudantes, orientando-os a assumirem enquanto sujeitos diligentes, determinados, flexíveis, capazes de tirar proveito de suas competências”, desse modo, os (as) estudantes são capazes de responder por suas escolhas.

Sob esse olhar, temos a perspectiva de que os/as jovens dentro desse modelo educacional precisam ser protagonistas e construir um projeto de vida. Essa ênfase no desejo de constituir jovens protagonistas, responsáveis pelas escolhas do futuro, para tomar consciência de seu papel na sociedade e, assim, alcançar a autonomia e a plenitude de amadurecimento, ganha variados contornos nessa proposta educacional.

Além disso, na política do Novo Ensino Médio, podemos destacar a discussão do empreendedorismo de si mesmo no componente curricular Projeto de Vida, que produz uma nova forma de subjetividade, “ao mesmo tempo que o neoliberalismo promete a possibilidade de autonomia e liberdade, tais sentidos são limitados a determinadas ordens, que minam, entre outros bens públicos, benefícios sociais” (Macedo; Silva, 2022, p. 8).

Assim, a própria liberdade estaria subsumida à genérica ideia de empreendedorismo. É sob essa perspectiva que tem sido o processo de atuação do ICE, ao direcionar como deve ser trabalhado Projeto de Vida nas escolas, pois o instituto possui uma articulação em rede, com diferentes escalas que se materializam nos cotidianos escolares. Dentro de um contexto de fragilidades no ensino médio do nosso país, com as indefinições e ausências de políticas públicas que considerem essa etapa da educação básica, surge a ideia do modelo gerencialista de administração escolar como caminho de salvação, neste caso, a atuação direta do ICE no contexto da prática.

4 REFLEXÃO SOBRE AS IMPLICAÇÕES DA SUBJETIVAÇÃO NA FORMAÇÃO INTEGRAL E CRÍTICA DOS ESTUDANTES

Para Foucault, o sujeito é constituído por uma subjetividade no e pelo discurso. Essa subjetividade estaria na “[...] maneira pela qual o sujeito faz a experiência de si mesmo em um jogo de verdade, no qual ele se relaciona consigo mesmo [...]” (Foucault, 2006, p. 236). Assim, Foucault procurou “saber quais foram os efeitos de subjetivação a partir da existência de discursos que pretendiam dizer uma verdade para os sujeitos sobre eles mesmos” (Alves; Pizzi, 2014, p. 82).

Nesse contexto, a subjetividade aqui abordada estaria estreitamente ligada às relações de poder. Sob o ponto de vista de Foucault, o poder não só está estreitamente relacionado à participação no processo de construção dessa subjetividade, como também oprime ou domina. “O discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nós queremos apoderar” (Foucault, 1984, p. 10). Isso demonstra que o discurso tem uma função de controlar, limitar e validar as regras de poder, em diferentes períodos históricos ou grupos sociais.

Tanto Ball (2014) quanto Foucault (1986) destacam como as políticas educacionais e as normas institucionais moldam profundamente as subjetividades individuais. Os/as jovens estudantes, nesse contexto, emergem como sujeitos que transitam por um campo de forças estruturado por políticas educacionais que, embora prometam oportunidades, frequentemente falham em oferecê-las de forma equitativa. As expectativas e frustrações

dos/das jovens refletem a internalização de uma biopolítica que busca organizar suas trajetórias por meio da educação, mas que, na prática, desconsidera as complexas e desiguais realidades sociais em que estão inseridos.

A análise conjunta de Ball e Foucault permite compreender como as desigualdades sociais são reproduzidas e reforçadas pelas políticas educacionais e pelas práticas de governamentalidade. As escolhas do estudante são moldadas por uma estrutura que, embora ostensivamente ofereça liberdade de escolha, na verdade impõe limites severos baseados em condições socioeconômicas. O sistema educacional, ao invés de ser um espaço de emancipação, torna-se um lugar em que as desigualdades existentes são refletidas e perpetuadas.

Além disso, tem-se outros fatores externos que influenciam a formação desses/dessas jovens, um exemplo, é que as escolas estaduais de tempo integral da Paraíba, têm criado parcerias com entidades não governamentais no intuito de introduzir novas práticas pedagógicas, recursos e programas educacionais. Essas influências externas podem complementar ou até mesmo contrastar com as políticas governamentais, criando uma dinâmica complexa na implementação das políticas. De acordo com os profissionais entrevistados, o Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE) foi um parceiro no processo de implantação do modelo de Educação Integral na Paraíba e, de acordo com Honorato e Rodrigues (2021, p.1):

A parceria com o Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE) possibilitou uma gestão da educação integral com traços neoliberais e neoconservadores a partir da padronização das escolas e da homogeneização dos discentes utilizando o discurso de uma educação de boa qualidade, capaz de formar sujeitos sociais com acesso a oportunidades iguais. Observamos que as bases pedagógicas dessa rede defendem o avanço econômico e o resgate de princípios e valores com vistas a consolidar um currículo que forme para a atuação no mercado de trabalho e a fortalecer o pensamento que reduz a educação a uma mera apropriação de competências e habilidades sem a formação de sujeitos autônomos, mas subordinados ao capital econômico.

Desse modo, é perceptível que existe uma influência do pensamento neoliberal na educação, segundo o qual a formação escolar deve ser moldada para atender às exigências do mercado de trabalho, o que enfatiza a aquisição de competências e habilidades específicas em detrimento de uma educação que promova a autonomia crítica dos estudantes. O neoliberalismo, nesse contexto, trata a educação como um produto que

deve ser eficiente e orientado por resultados econômicos, capaz de preparar os estudantes para serem recursos humanos úteis ao capital.

Embora o discurso da parceria pareça promover a ideia de igualdade de oportunidades, observa-se que essa padronização reforça desigualdades ao desconsiderar as distintas realidades e necessidades dos estudantes. Ao homogeneizar os/as jovens, ignora-se a diversidade de contextos sociais e culturais, tratando-os como iguais sem reconhecer ou enfrentar as desigualdades estruturais que impactam suas trajetórias educacionais e de vida.

Portanto, a partir das teorias de Ball e de Michel Foucault, compreendemos como essa política do Novo Ensino Médio é uma forma de governamentalidade, na qual o poder é exercido de maneira sutil, através de discursos e práticas que moldam as condutas e subjetividades dos indivíduos.

Nesse contexto de análise, Laval e Dardot (2016) caracterizam o neoliberalismo como uma nova governamentalidade, que direciona as instituições e a conduta dos indivíduos mediante “um sistema normativo, que ampliou sua influência ao mundo inteiro, estendendo a lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida” (Dardot e Laval, 2016, p. 7).

Um ponto importante que Brown (2016) destaca é que essa nova orientação normativa se dá em nome e nas margens de manobra associadas à liberdade individual na ordem capitalista e no âmbito de uma democracia liberal. O conteúdo genérico dessa normatização tem por base a “generalização da concorrência como norma de conduta e da empresa como modelo de subjetivação” (Dardot e Laval, 2016, p. 17).

A partir da análise do discurso dos/as docentes, identificamos como espaços discursivos: protagonismo juvenil; projeto de vida; metas e objetivos; e empreendedorismo. Dessa forma, observamos que a estruturação do componente curricular tenta barrar debates políticos-democráticos no ambiente escolar, ao engessar a forma como se deve atuar no Projeto de Vida.

Assim, questionamos: quais formas de subjetivação estão sendo efetivadas a partir dos discursos em torno do Projeto de Vida? A escola está formando/preparando/conduzindo/orientando os/as jovens para o mercado de trabalho e/ou para a vida em sociedade a partir de um olhar crítico e reflexivo?

Quadro 1 – Discursos e Narrativas docentes

(continua)

Discursos	Narrativas docentes
Autonomia e responsabilidade individual	[...] Essa missão que é dada ao professor de projeto de vida. Ele é o responsável por tal orientação, vai seguir orientar o menino a seguir tal coisa, o que ele deseja, e a partir disso ele deve criar seu plano, nossa função é orientar, e a responsabilidade é dele de seguir e conquistar o que deseja... não é bem assim, é difícil, eu não vou orientar ninguém a seguir nada. (Professor Luan)
Projetos alinhados às demandas de mercado e precarização do Ensino	- Então se pensou numa reforma, numa mudança de ensino médio, que fosse ser mais voltada para o mercado de trabalho e para a formação do aluno. Só que não tem como. Não oferece essas condições. Ele não tem essa opção de escolha, então isso é bem complicado. Além de outras questões, a gente hoje está passando por um Brasil que, do ponto de vista sociológico, você tem aí muitas pessoas, falando absurdos do ponto de vista do conhecimento, de brincar de Terra planismo, certo? E que essa situação do novo ensino médio pode agravar muito. Se hoje passou pela pandemia que as pessoas questionavam a vacina, se essas pessoas têm cada vez menos aulas de biologia, de química, de história, de Geografia e de sociologia e filosofia, então elas vão cada vez mais é ter menos pensamento crítico. Elas são treinadas para fazer mais questões práticas do que ter um desenvolver um pensamento crítico. (Professor Bruno) - A gente precisa pensar no seguinte, as pessoas que vão sair daqui do ensino médio, elas vão votar, elas vão criar filhos, elas vão me atender em diferentes contextos, de saúde ou de serviço, de comércio, tudo mais e vou conviver comigo no trânsito, em qualquer ambiente, mas qual a formação que esses sujeitos estão recebendo? Foi negado o direito desenvolver sei lá orientação espacial, de desenvolver noções de tempo transcorrido, pensamento crítico em relação a problemas políticos, econômicos e sociais, isso é real. (Professor Edson)

Quadro 1 – Discursos e Narrativas docentes

(conclusão)

Discursos	Narrativas docentes
Empreendedor de si mesmo	- As discussões que a primeira série vem trazer, ideia de Influência da família, amizade, Autoconhecimento, Identidade, então são temas bastante delicados e que traz uma concepção muito da psicologia, algo que foge do que costumamos trabalhar. (Professora Marta)
Conformidade e resiliência	- Nesse modelo do ensino médio, eu tava vendo recentemente uma crítica a organização que os estudantes eles tão sendo moldados para o trabalho e não a pensar sobre o trabalho, sobre a precariedade, sobre a ausência, né? Sobre a própria ausência de informação pra atuar no mercado e dignidade mesmo por um aspecto mais social de contribuição, porque não é novo o projeto de vida, né? Mas é essa a realidade, infelizmente. (Professor Josafá)

Fonte: Elaboração própria (2024).

O discurso sobre o papel do professor no Projeto de Vida reflete uma responsabilização do indivíduo por seu próprio sucesso, o que é uma característica da governamentalidade moderna. Foucault (1991) analisa como o poder é exercido por meio da promoção da autonomia e da autossuficiência, incentivando os indivíduos a se responsabilizarem por suas próprias vidas. Nesse sentido, compreendemos a partir de Silva (2023), que

O investimento em subjetividades pautadas na normatividade econômico-empresarial visa produzir sujeitos autoconfiantes, autônomos e autorresponsáveis, que introjetam a meritocracia e o individualismo como balizadores de suas condutas. O modo de vida neoliberal exige muito dos cidadãos contemporâneos e oferece pouco. Dessa forma, alimenta constantemente as narrativas de sucesso e superação, levando os indivíduos a crer que os desafios da vida são sempre oportunidades de desenvolvimento e que eles podem superar qualquer coisa apenas com os seus próprios recursos. Para tanto, é necessário que administrem a si próprios como um projeto, definindo metas para o seu aperfeiçoamento constante (Silva, 2023, p. 89).

A resistência do Professor Luan à ideia de que ele deve orientar os alunos destaca um conflito entre a expectativa de uma responsabilidade individualizada e a realidade prática de seu papel, o que revela uma tensão entre as políticas educacionais que promovem a autonomia dos alunos e a ideia da meritocracia.

A narrativa do Professor Bruno, por sua vez, critica a política do Novo Ensino Médio por não conseguir formar cidadãos críticos, apontando que a falta de opções e a ênfase em questões práticas podem prejudicar o desenvolvimento do pensamento crítico. Foucault discutiria essa crítica em termos de como as reformas educacionais são moldadas por discursos sobre eficiência e utilidade econômica, muitas vezes à custa da formação crítica e abrangente dos estudantes.

Esse deslocamento não é apenas uma reorganização curricular, mas uma estratégia política que regula a formação dos sujeitos e que limita o espaço para o desenvolvimento de uma consciência crítica capaz de questionar as estruturas de poder e as condições sociais. Isso demonstra como a educação é instrumentalizada como uma ferramenta para gerir populações e alinhar os objetivos escolares às racionalidades econômicas e sociais dominantes.

A redução das aulas de disciplinas como biologia, química, história e filosofia reflete um discurso que hierarquiza o conhecimento e prioriza aquele considerado funcional para o mercado de trabalho em detrimento de conteúdos que fomentam o pensamento crítico e a análise social. Na perspectiva foucaultiana, essa dinâmica pode ser compreendida como uma prática de produção de saber que opera dentro de uma lógica de governamentalidade. Ao privilegiar habilidades técnicas e práticas, essas mudanças atendem às exigências do mercado e moldam os indivíduos para se adaptarem a ele, promovendo a internalização de comportamentos e valores alinhados às demandas econômicas.

O Professor Edson, em sua narrativa, questiona a formação recebida pelos alunos e sua adequação para a vida cidadã. Ele sugere ainda que habilidades essenciais, como orientação espacial e pensamento crítico, estão sendo negligenciadas. Nesse sentido, para Foucault (1991), a educação molda a subjetividade dos indivíduos e sua capacidade de participar criticamente na sociedade. O discurso sobre a formação dos cidadãos e o

que lhes deve ser ensinado é uma prática de poder que define o que é considerado conhecimento legítimo e útil.

O Professor Edson ressalta a importância de habilidades essenciais para a vida prática e para a cidadania, apontando que a atual estrutura educacional compromete o desenvolvimento integral. Essa crítica pode ser interpretada como uma reflexão sobre como o saber é estruturado e direcionado, impactando diretamente a formação da subjetividade dos indivíduos.

Esse enfoque restritivo não apenas reduz o potencial de reflexão crítica, mas também subordina o processo educacional às demandas do mercado, configurando-se como uma estratégia de governamentalidade. Ao estruturar o saber de maneira funcionalista, a educação molda sujeitos adaptados a uma lógica produtiva, mas frequentemente negligencia a formação cidadã e o desenvolvimento de capacidades que promovem a transformação social. Essa dinâmica reflete um modelo educacional instrumentalizado, que prioriza a eficiência econômica em detrimento da emancipação intelectual e política.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, ao abordar Projeto de Vida enquanto componente curricular dentro da política educacional do Novo Ensino Médio, evidenciamos que se faz necessário refletir criticamente a materialização dessa política no contexto das escolas brasileiras. O Ensino Médio no Brasil tem sido frequentemente descrito como um ciclo educacional controverso, refletindo as múltiplas tensões que envolvem essa etapa crucial da formação dos/das jovens. A discussão crítica em torno desse tema abrange aspectos como a estrutura curricular, as desigualdades sociais, a preparação para o mercado de trabalho e o acesso ao ensino superior.

Uma das grandes controvérsias do Ensino Médio é a dualidade entre preparar os alunos para o mercado de trabalho e promover uma formação integral. A crescente pressão para que o currículo seja mais alinhado às demandas do mercado pode levar a uma educação que prioriza habilidades técnicas em detrimento do desenvolvimento humano. Isso coloca em questão o papel da escola em formar cidadãos críticos, capazes de

participar ativamente na sociedade. Desse modo, a ênfase no ensino técnico pode não atender às aspirações dos/das jovens que buscam ingressar no ensino superior, criando um descompasso entre suas expectativas e a formação recebida.

Além disso, procuramos evidenciar como o discurso neoliberal permeia o componente curricular Projeto de Vida, moldando-o de acordo com princípios que valorizam a individualidade, a competitividade e a responsabilidade pessoal. Esse discurso, ao centrar-se na autonomia do indivíduo e no empreendedorismo, desconsidera, em grande parte, as complexas questões sociais e estruturais que influenciam as trajetórias de vida dos estudantes, principalmente daqueles pertencentes a grupos historicamente marginalizados.

O Projeto de Vida, sob a ótica neoliberal, tende a reforçar a lógica de mercado dentro do ambiente escolar, promovendo uma visão de mundo em que o sucesso é resultado exclusivo do esforço individual, ignorando as desigualdades sociais e econômicas que limitam as oportunidades de muitos/muitas jovens. Tal abordagem pode levar à culpabilização dos estudantes por eventuais fracassos, desconsiderando o papel do Estado e das políticas públicas na garantia de uma educação mais equitativa e inclusiva.

Desse modo, ao analisar os discursos que emergem a partir do componente curricular Projeto de Vida a partir da teoria de governamentalidade e subjetivação de Foucault (1986), identificamos que o componente se apresenta como uma forma de produzir e preparar capital humano e indivíduos empreendedores para a ordem econômica do mercado, abordando as competências requeridas pela concorrência globalizada e os novos valores, atitudes e comportamentos que devem ter como parâmetro a sociabilidade gestonária e gerencial do mundo empresarial e dos homens de negócios.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Julia Mayra Duarte; PIZZI, Laura Cristina Vieira. Análise do discurso em Foucault e o papel dos enunciados: pesquisar subjetividades nas escolas. **Revista Temas em Educação**, João Pessoa, v. 23, n. 1, p. 81-94, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/view/19678>. Acesso em: 12 jun. 2025.
- AZEVEDO, Sara Dionizia Rodrigues de. Formação discursiva e discurso em Michel Foucault. **Revista Formação**, v. 6, n. 2, p. 149-161, 2013. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/FILOGENESE/saraazevedo.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2025.

BALL, Stephen. **Educação Global S. A.:** novas redes de políticas e o imaginário neoliberal. Tradução de Janete Bridon. Ponta Grossa: UEPG, 2014.

BODART, Cristiano. O Projeto de Vida como componente curricular do ensino médio: aprofundamento da irresponsabilidade do Estado e os danos ao ensino médio. **Café com Sociologia**, jan. 2022. Disponível em: <https://cafecomsociologia.com/o-projeto-de-vida-como-componente-curricular-do-ensino-medio-aprofundamento-da-irresponsabilidade-do-estado-e-os-danos-ao-ensino-medio/>. Acesso em: 12 jun. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017.** [...] institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Brasília: Presidência da República, [2017]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm. Acesso em: 12 jun. 2025.

BRASIL. **Resolução do Conselho Nacional de Educação nº 3, de 21 de novembro de 2018.** Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Diário Oficial da União, Brasília, 22 nov. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 12 jun. 2025.

BROWN, Wendy. **Undoing the demos:** neoliberalism's stealth revolution. New York: Zone Books, 2016.

CARVALHO, Luiz Eugênio Pereira; RODRIGUES, Raphaela Barbosa de Farias. Gerencialismo privado na educação pública: o Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE) na Paraíba. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PRÁTICA DE ENSINO DE GEOGRAFIA*, 14., 2019, Campinas. **Anais [...]**. São Paulo: Unicamp, 2019. p. 4261-4274. Disponível em: <https://ocs.ige.unicamp.br/ojs/anais14enpeg/article/view/3237/3102>. Acesso em: 12 jun. 2025.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo:** ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade**, 2: O Uso dos Prazeres. 5. ed. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1984.

FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas:** uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 1985.

FOUCAULT, Michel. Polemics, Politics and Problematizations. *In: RABINOW, Paul (ed.). The Foucault Reader.* Nova Iorque: Pantheon Books, 1986.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir:** história das violências nas prisões. 9 ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

FOUCAULT, Michel. About the Beginning of the Hermeneutics of the Self: Two Lectures at Dartmouth. **Political Theory**, v. 21, n. 2, p. 198-227, 1993.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

FOUCAULT, Michel. **A História da Sexualidade: Uma Introdução**. Rio de Janeiro: Graal, 1997.

FOUCAULT, Michel. **Le Courage de La Verité: Le Gouvernement de Soi et des Autres II**. Cours au Collège de France, 1983-1984. Paris: Gallimard: Le Seuil, 2000.

FOUCAULT, Michel. **Ética, Sexualidade, Política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

FOUCAULT, Michel. "**Michel Foucault: Repensar a política**". Ditos e Escritos. Vol. VI. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

HONORATO, Rafael Ferreira da Silva; RODRIGUES, Ana Cláudia da Silva. Conversas sobre as políticas práticas de currículo na/da/com Educação I. *In*: FERRAÇO, Carlos Eduardo; SOUZA, Letícia Regina; SILVA, Tamili Mardegan da (org.). **Currículos em redes, composições temáticas e movimentos de resistência com os cotidianos das escolas públicas**. Curitiba: CRV, 2021. p. 55-66.

ICE. Instituto de Corresponsabilidade pela Educação. **Um novo jeito de ver, sentir e cuidar dos estudantes brasileiros**. Recife: ICE, 2018. Disponível em: <https://icebrasil.org.br/escola-da-escolha/>. Acesso em: 12 jun. 2025.

JAKIMIU, Vanessa Campos de Lara. Projeto de Vida no currículo do ensino médio: a educação a serviço da pedagogia do mercado. **Revista Cocar**, Belém, v. 17, n. 35, p. 1-25, 2022. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/5040>. Acesso em: 12 jun. 2025.

LOPES, Alice Casimiro. Itinerários formativos na BNCC do Ensino Médio: identificações docentes e projetos de vida juvenis. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 13, n. 25, p. 59-75, 2019. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/963>. Acesso em: 12 jun. 2025.

MACEDO, Elizabeth Fernandes de; SILVA, Marlon Silveira da. A promessa neoliberal-conservadora nas políticas curriculares para o Ensino Médio: felicidade como projeto de vida. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 35, p. 1-23, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/71377>. Acesso em: 12 jun. 2025.

PARAÍBA. Secretaria de Estado da Educação e da Ciência e Tecnologia. **Diretrizes operacionais das Escolas Cidadãs Integrais, Escolas Cidadãs Integrais Técnicas e Escolas Cidadãs Integrais Socioeducativas**. João Pessoa: Secretaria de Estado da Educação e da Ciência e Tecnologia, 2023.

PARAÍBA. Diretrizes operacionais das Escolas Cidadãs Integrais, Escolas Cidadãs Integrais Técnicas e Escolas Cidadãs Integrais Socioeducativas. João Pessoa: Secretaria de Estado da Educação e da Ciência e Tecnologia, 2024.

PARAÍBA. Secretaria de Estado da Educação e da Ciência e Tecnologia. **Diretrizes Operacionais das Escolas da Rede Estadual da Paraíba**. João Pessoa: Secretaria de Estado da Educação e da Ciência e Tecnologia, 2020.

RODRIGUES, Adriège; COSTA, Regina Alice R. A.; RODRIGUES, Ana Cláudia da Silva. “Promover o discurso do empreendedor de si”: sentidos e significados atribuídos pelos professores ao componente curricular Projeto de Vida. **Revista Ponto de Vista**, v. 13, n. 2, p. 01–21, 2024.

SILVA, Andréa Carla Castro e. **Efeitos do discurso neoliberal na educação: o Projeto de Vida como dispositivo pedagógico de formação do sujeito-empresa**. 2023. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/49622>. Acesso em: 12 jun. 2025.

SCOTTA, Larissa. O estudante “empresário de si mesmo” do novo ensino médio. **Revista Contemporânea de Educação**, v. 18, n. 43, p. 338-356, 2023. Disponível em: <https://revistas.ufjf.br/index.php/rce/article/download/55333/39859/183969>. Acesso em: 12 jun. 2025.

Recebido em: 15/12/2024

Aprovado em: 13/06/2025

Publicado em: 08/07/2025



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/) que permite o uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que a obra original seja devidamente citada.